

Regulamento do ISCTE -IUL sobre a atividade dos docentes e investigadores do ISCTE-IUL em atividades de investigação científica, criação cultural e cooperação universitária

Artigo 1.º

Âmbito

O presente regulamento aplica -se a todos os docentes e investigadores do ISCTE -IUL que desempenhem atividades nas diversas vertentes do serviço docente prestadas ao exterior, ou realizadas em projetos ou cursos com financiamento próprio.

Artigo 2.º

Tipos de atividades

Para efeitos de aplicação do presente regulamento, são consideradas as seguintes atividades de investigação científica, de criação cultural, de desenvolvimento tecnológico, de extensão universitária e de cooperação interuniversitária, admitidas pelo n.º 3 do artigo 70.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro (doravante ECDU):

- a) Realização de conferências, palestras, cursos breves e outras atividades análogas;
- b) Participação em órgãos consultivos de instituição estranha àquela a que pertença, desde que com a anuência prévia desta última e quando a forma de remuneração seja exclusivamente a de senhas de presença;
- c) Elaboração de estudos ou pareceres mandados executar por entidades oficiais nacionais, da União Europeia ou internacionais, ou no âmbito de comissões constituídas por sua determinação;
- d) Prestação de serviço docente em instituição de ensino superior pública diversa da instituição a que esteja vinculado, quando, com autorização prévia desta última, se realize para além do período semanal de trinta e cinco horas de serviço e não exceda quatro horas semanais;
- e) Atividades exercidas, quer no âmbito de contratos entre a instituição a que pertence e outras entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, quer no âmbito de projetos subsidiados por quaisquer dessas entidades, desde que se trate de atividades da responsabilidade da instituição e que os encargos com as correspondentes remunerações sejam satisfeitos através de receitas provenientes dos

referidos contratos ou subsídios, nos termos de regulamento aprovado pela própria instituição de ensino superior.

Artigo 3.º

Contexto da atividade

1 — A atividade de investigação científica, de criação cultural, de desenvolvimento tecnológico e de extensão universitária considerada no presente regulamento pode ser realizada no âmbito de outras instituições com protocolo com o ISCTE-IUL.

2 — Os docentes e investigadores em regime de exclusividade podem participar em projetos de investigação científica com financiamento por outras entidades, de ensino ou não, devidamente autorizados pelo/a Reitor/a do ISCTE.

3 — Os docentes e investigadores em regime de exclusividade podem participar em projetos de transferência de conhecimento com financiamento por outras entidades, realizados diretamente ou através das suas participadas (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro – doravante RJIES- , artigo 15.º, n.º 3), mediante autorização do/a Reitor/a.

4 — A perceção da remuneração prevista na alínea j) do n.º 3 do artigo 70.º do ECDU, só pode ter lugar quando:

- a) As atividades sejam da responsabilidade do ISCTE-IUL ou suas entidades participadas e os encargos com essas remunerações sejam satisfeitos através de receitas provenientes de contratos ou subsídios;
- b) A atividade exercida tiver sido reconhecida e autorizada pelo/a Reitor/a;
- c) As obrigações decorrentes do contrato ou da aceitação do subsídio não impliquem uma relação estável.

5 — Considera-se compatível com o regime de dedicação exclusiva, além do disposto na alínea j), do n.º 3, do artigo 70.º do ECDU, e desde que cumpridos os requisitos estabelecidos no número anterior, a prestação de atividade de consultoria, de ensino e formação, de estudos e projetos ao serviço do ISCTE-IUL ou das suas entidades participadas.

Artigo 4.º

Condições de realização da atividade

1 — De modo a operacionalizar o estabelecido no n.º 4 do artigo 70.º do ECDU, o docente ou investigador, independentemente do tipo de financiamento, atua sob responsabilidade

própria do ponto de vista técnico-científico e pedagógico, competindo-lhe certificar-se de que o trabalho a realizar se enquadra no âmbito geral da sua atividade, tendo, em qualquer altura, o/a Reitor/a e o responsável da unidade de investigação ou entidade participadas o direito de fiscalizar a legitimidade das ações empreendidas e atuar em conformidade.

2 — Para além dos custos de execução do próprio projeto, haverá lugar à imputação dos custos indiretos relativos à utilização dos recursos do ISCTE-IUL no valor de 20 % do orçamento do projeto, sendo esse valor, quando estiver envolvida uma unidade de investigação, repartido do seguinte modo:

- a) 50 % são afetos ao orçamento central do ISCTE-IUL;
- b) 50 % são afetos ao orçamento da respetiva unidade de investigação.

Artigo 5.º

Atividades no âmbito de financiamento público ou afim

1 — Nas atividades decorrentes de financiamentos promovidos por entidades públicas, ou por instituições sem fins lucrativos, nacionais ou internacionais, para além dos custos com a execução da própria atividade, haverá lugar à imputação de custos indiretos relativos à utilização dos recursos do ISCTE -IUL no valor de 20 % do orçamento, ou de acordo com as normas desse financiamento, sendo esse valor, quando estiver envolvida uma unidade de investigação, repartido como referido no n.º 3 do artigo anterior.

2 — Nas atividades decorrentes de financiamentos promovidos por entidades públicas, ou por instituições sem fins lucrativos, nacionais ou internacionais, que impliquem cofinanciamento por parte do ISCTE -IUL, o mesmo deverá ser garantido aquando do concurso.

3 — Nos casos distintos dos números anteriores, a definição dos valores a afetar ao ISCTE-IUL e sua repartição será previamente acordada com o/a Reitor/a.

Artigo 6.º

Atividades realizadas em entidades participadas ou associadas

1 — Às atividades realizadas no quadro de acordos ou de protocolos com entidades participadas ou associadas, nomeadamente docência, aplicam -se as regras definidas nos artigos 3.º e 4.º.

2 — A percentagem da imputação dos custos indiretos às atividades referidas no número anterior será decidida caso a caso com a entidade participada ou associada, com um valor de referência de 10 %.

3 — Em atividades de especial relevância institucional para o ISCTE-IUL reconhecida pelo/a Reitor/a, designadamente encontros internacionais, o valor referido no número anterior pode ser inferior a 10 %.

4 — Em outras atividades de especial relevância institucional para o ISCTE-IUL designadamente a participação dos docentes do ISCTE-IUL em órgãos de comunicação social, o valor referido no número anterior pode ser de 5 % desde que os docentes se identifiquem como professores do ISCTE-IUL nos respetivos espaços de intervenção.

5 — Para além dos custos respetivos associados ao trabalho dos docentes e investigadores do ISCTE -IUL em tempo integral com exclusividade envolvidos na sua concretização, no caso de atividades desenvolvidas no quadro de projetos realizados no estrangeiro, as entidades envolvidas devem assumir os custos de deslocação, alojamento em condições de segurança e qualidade, seguros e eventual valor *per diem*.

Artigo 7.º

Prestação de serviço letivo — Cursos breves

1 — Pela realização de cursos breves podem os docentes auferir uma remuneração sem quebra do vínculo contratual, observados que sejam os requisitos dos números seguintes.

2 — Apenas poderão ser remuneradas as horas de aulas que excedam as nove horas semanais de contacto coletivo.

3 — Como requisito adicional, a participação do docente no curso breve não pode exceder 20 horas de lecionação, e o docente não pode realizar, por ano escolar, mais de dois desses cursos numa mesma instituição ou quatro em instituições diferentes (Resolução Normativa do CRUP n.º 4/87), não podendo a remuneração correspondente à atividade letiva realizada, na parte em que exceda esses limites, ser recebida pelo docente.

4 — A lecionação referida nos números 1 a 3 carece de autorização prévia pelo/a Reitor/a.

Artigo 8.º

Prestação de serviço letivo — Cursos não conferentes de grau

1 — Os docentes em regime de tempo integral, com exclusividade, podem, ao abrigo da alínea j), do n.º 3, do artigo 70.º do ECDU e do n.º 3 do artigo 15.º do RJIES, receber remuneração pela sua participação em cursos não conferentes de grau desde que cumpridas as seguintes condições:

- a) O curso pode ser realizado numa instituição de ensino superior pública ou privada;

- b) O curso pode ser realizado numa entidade participada do ISCTE-IUL, mediante protocolo que defina claramente os termos da delegação na entidade participada da realização do curso em causa;
- c) A participação do docente ou investigador carece de autorização prévia do/a Reitor/a;
- d) O pagamento deve ser custeado pelo orçamento próprio do respetivo curso.

2 — A remuneração pela participação nos cursos referidos no presente artigo apenas se aplica ao número de horas de aulas que excedam as horas semanais de contacto coletivo previstas nos números 2 e 3 do Artigo 7.º.

Artigo 9.º

Docentes e investigadores em regime de tempo integral sem exclusividade

Aos docentes e investigadores em tempo integral sem exclusividade não se aplicam os condicionalismos referidos no artigo 3.º do presente regulamento, devendo, em todas as situações, e sempre que detentores de um contrato de trabalho em funções públicas, solicitar previamente ao/à Reitor/a, ao abrigo dos artigos 21.º a 24.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, autorização para a sua participação nessas atividades.

Artigo 10.º

Docentes em regime de tempo parcial

Os docentes em regime de tempo parcial exercem as suas funções nos termos horários contratualmente fixados (artigo 69.º do ECDU), havendo lugar à perceção de remuneração pela participação em projetos, iniciativas de extensão universitária e transferência de conhecimento, sendo essa participação, se necessário, objeto de aditamento ao respetivo contrato.

Artigo 11.º

Pressupostos

1 — Para a contabilização das horas de carga de aulas semanal referidas nos artigos anteriores é considerada a majoração do serviço noturno prevista na legislação.

2 — A remuneração tratada nos artigos 7.º e 8.º referencia-se aos tempos letivos de contacto coletivo, embora a prestação de serviço inclua todas as responsabilidades inerentes ao ensino, nomeadamente, preparação de aulas, atendimento e avaliação dos alunos.

3 — À remuneração referida nos números anteriores aplica -se o estipulado no artigo 12.º deste regulamento.

4 — A prestação de serviço letivo realizada no quadro de acordos interuniversitários ou em entidade participada do ISCTE-IUL rege-se pelas normas aqui definidas exceto se os referidos acordos dispuserem em sentido diverso, não podendo exceder por imposição do ECDU:

a) quando se trate de docentes a tempo integral com exclusividade, 4 horas semanais correspondendo a um máximo de 112 horas (4h/semana x 28 semanas) de aulas por ano letivo.

b) 6 horas semanais quando se trate de docentes a tempo integral sem exclusividade.

5 — À remuneração relativa à atividade referida no número anterior há lugar a retenção pelo ISCTE -IUL de 20 % da faturação às instituições externas ao ISCTE onde o serviço é prestado. Quando se trate de entidade participada do ISCTE-IUL haverá lugar à retenção de 10% do valor faturado.

Artigo 12.º

Remunerações

1 — Em obediência à legislação em vigor, as remunerações dos docentes e investigadores em regime de tempo integral com exclusividade referidas no presente regulamento são obrigatoriamente integradas no recibo de vencimento.

2 — Todas as atividades que dão origem a pagamento acessório a docentes e investigadores do ISCTE-IUL devem contemplar no seu orçamento os respetivos encargos sociais da instituição, de acordo com a legislação que esteja em vigor, os quais são devidos ao ISCTE - IUL.

3 — A remuneração dos investigadores pode ser majorada, desde que essa majoração seja financiada por fontes externas e compatível com os regulamentos dos financiamentos obtidos, e não implique qualquer alteração ao projeto de investigação científica e ao plano de trabalhos contratualizado.

Artigo 13.º

Disposições gerais

1 — Os docentes em regime de tempo integral, com ou sem exclusividade, estão obrigados, nos termos legais, a solicitar prévia autorização ao/à Reitor/a, para o exercício de quaisquer

outras funções públicas ou privadas, nomeadamente a realização de cursos breves e a participação em projetos ou outras atividades afins.

2 — Os docentes em regime de tempo parcial devem informar o/a Reitor/a.

3 — O pedido de autorização referido em 1. deve ser efetuado em formulário próprio (mod.urh_.31.03_pedido_de_colaboracao).

Artigo 14.º

Dúvidas e omissões

As dúvidas e omissões suscitadas pela aplicação do presente regulamento serão sanadas pelo Conselho de Gestão.

Artigo 15.º

Vigência do regulamento

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação em Diário da República.